

Plano Diretor Municipal

caracterização de nível municipal

B.4 **perfil**

socioeconómico



AMADORA
Câmara Municipal

Volume A

CARACTERIZAÇÃO DE NÍVEL METROPOLITANO

A - enquadramento metropolitano

- O território da Amadora no processo de metropolização de Lisboa
- Enquadramento nas redes metropolitanas de acessibilidade e transportes
- Enquadramento nos padrões de mobilidade metropolitana
- Enquadramento económico da Amadora na Área Metropolitana
- Os instrumentos de ordenamento do território e de planeamento regional e urbano
- A posição da Amadora no território metropolitano hoje



Volume B

CARACTERIZAÇÃO DE NÍVEL MUNICIPAL

B.1 - biofísico

- Caracterização Climática
- Orografia
- Geomorfologia e Solos
- Condições Ambientais
- Coberto Vegetal

B.2 - demografia

- Evolução da população residente na região de Lisboa
- Dinâmica demográfica no município da Amadora
- Estrutura etária
- População estrangeira
- Estrutura familiar
- Mobilidade territorial residencial
- Projeções demográficas

B.3 - economia

- Base económica
- Capital humano
- Territorialização da base económica

B.4 - perfil socioeconómico

- Qualidade de vida da população residente
- Condições materiais de vida da população residente

B.5 - estrutura urbana

- Formação do tecido urbano
- Características do tecido urbano
- O processo de planeamento e transformação do uso do solo

B.6 - habitação

- Caracterização do parque habitacional
- Diferenciação intraconcelhia
- Dinâmica construtiva
- Tendências recentes do mercado imobiliário
- Política municipal de habitação
- A reabilitação urbana e a nova geração de políticas de habitação

B.7 - acessibilidades

- Enquadramento
- Redes de acessibilidade externa
- Redes de acessibilidade interna
- Serviço de transportes públicos
- Síntese de caracterização

B.8 - equipamentos coletivos

- Equipamentos de educação e ensino
- Equipamentos de ação social e saúde
- Equipamentos de cultura
- Equipamentos de desporto
- Equipamentos de seg. pública e proteção civil

B.9 - infraestruturas

- Abastecimento de água
- Águas residuais e pluviais
- Resíduos urbanos
- Energia
- Telecomunicações



FICHA TÉCNICA

Título:

PLANO DIRETOR MUNICIPAL: estudos de caracterização e diagnóstico
Volume B.4 – perfil socioeconómico

Elaboração:

CÂMARA MUNICIPAL DA AMADORA/Divisão de Informação Geográfica

Equipa técnica:

Deolinda Costa - coordenação

João Carlos Antunes

André Sequeira

Fernando Ferreira

João Carlos Silva

Maria Godinho Batista

Susana Pereira

Consultor para a revisão do PDM:

Luís Jorge Bruno Soares

Colaboração externa:

NOVA FCSH/ UNL – José António Tenedório

Edição digital: dezembro de 2018

Nota prévia

O Relatório que agora se apresenta sintetiza a fase de caracterização e diagnóstico desenvolvida no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal da Amadora e corresponde ao estabelecido no conteúdo material do PDM, alínea a) do artigo 96º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

No desenvolvimento desta fase da revisão do Plano foi adotada uma metodologia de abordagem que contempla dois níveis de análise: o nível Metropolitano e o nível Municipal, no âmbito dos quais se aprofunda a caracterização de nível local, sempre que necessário e possível.

O Município da Amadora insere-se na AML, não sendo possível perspetivar o seu desenvolvimento urbanístico, económico, social e funcional fora deste quadro e das tendências de evolução que se manifestam em toda a área. Por isso, foi dada uma especial atenção ao enquadramento no território metropolitano e particularmente nas suas interdependências com a Área Metropolitana Norte e com a cidade de Lisboa, matéria que constitui a primeira preocupação deste Relatório.

Por outro lado, as características particulares do Município, de que se relevam, entre outras, as dinâmicas populacional, habitacional e económica, a matriz de acessibilidades e transportes e a estrutura da ocupação urbana foram sistematizadas para complementar a caracterização de nível municipal.

As matérias analisadas constituem um suporte fundamental para o desenvolvimento do modelo territorial num quadro de preservação dos recursos naturais, prevenção dos riscos e de adaptação ao contexto das alterações climáticas.

De acordo com esta metodologia, este Relatório é constituído por dois volumes:

VOLUME A - Nível Metropolitano

VOLUME B - Nível Municipal

NÍVEL METROPOLITANO

O **Volume A** visa analisar a natureza e características da inserção do Município na AML, ou seja:

- analisar a evolução e desenvolvimento da Amadora como território urbano, no contexto do processo de metropolização de Lisboa, evidenciando, em particular, as suas interdependências com a Área Metropolitana Norte e com a cidade de Lisboa;
- enquadrar a Amadora nas redes de acessibilidade e transporte e nos padrões de mobilidade metropolitanos;
- analisar a estrutura económica empresarial e as tendências de evolução do concelho, posicionando-o nas dinâmicas de especialização económica da AML;
- referenciar o quadro de desenvolvimento do território guiado por programas planos e estratégias, realçando a relação de orientação estratégica entre o PNPOT, o PROTAML e os objetivos estratégicos a desenvolver pelo Plano Diretor Municipal.

NÍVEL MUNICIPAL

O **Volume B** visa analisar a natureza e as características fundamentais do desenvolvimento do Município, ou seja:

- sistematizar as principais condicionantes físicas e sócio económicas do seu desenvolvimento;
- analisar a sua génese e a evolução do ponto de vista demográfico e habitacional;
- caracterizar as redes de acessibilidade externa e interna, interfaces de transportes e serviço de transportes públicos;
- aprofundar os aspetos fundamentais da formação e estrutura urbana do território identificando os valores patrimoniais e a rede de centralidades;
- caracterizar as redes de equipamentos coletivos e serviços proporcionados à população.

ÍNDICE

4. PERFIL SOCIOECONÓMICO	9
4.1. QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	11
4.1.1. Demografia	11
4.1.2. Educação	15
4.1.3. Saúde	17
4.1.4. Poder de compra	19
4.2. CONDIÇÕES MATERIAIS DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE	19
4.2.1. Trabalho e Remuneração	20
4.2.2. Vulnerabilidade económica	22
Considerações Finais	34
Índice de Quadros	38
Índice de Figuras	38

4. PERFIL SOCIOECONÓMICO

A AML, apesar da concentração de pessoas e atividades e do potencial gerador de riqueza do País, afirmando-se como polo de competitividade supranacional, é um território marcado por fortes disparidades internas e os municípios que a compõem contribuem e refletem essas disparidades.

A análise que se segue, permite evidenciar as especificidades e divergências do município face à AML. Para traduzir de forma genérica o perfil socioeconómico da Amadora, selecionaram-se um conjunto de variáveis e indicadores que retratam aspetos relacionados com as condições de vida, considerados determinantes ou mesmo críticos, ajudando a posicionar a Amadora no contexto da Região onde se insere e que devem constituir um referencial de partida no quadro da revisão do PDM.

Organizado em dois grandes temas, a qualidade de vida e as condições materiais de vida, explora conteúdos nos seguintes domínios:

Demografia – foca-se no envelhecimento, no peso da população estrangeira e na estrutura de dependências.

Educação – aborda a educação na perspetiva dos resultados: insucesso escolar, o abandono precoce e peso dos diplomados.

Saúde - destaca a incidência da mortalidade infantil na Amadora no quadro dos indicadores de saúde.

Poder de compra – embora não deva ser confundido com rendimento ou consumo, o indicador fornece informação sobre bem-estar material numa perspetiva mais ampla.

Trabalho e Remuneração – descreve a situação dos indivíduos no contexto do mercado de trabalho e dos rendimentos, que condicionam o acesso das famílias ao “bem-estar económico” e ao consumo. São apontados os rendimentos médios, as disparidades entre os rendimentos e os indicadores de empregabilidade.

Vulnerabilidade económica – centra-se na população com carência de recursos, afastada do mercado de trabalho, pensionistas, etc., podendo ajudar a identificar grupos que vivem no limiar ou, abaixo do limiar da pobreza. Sintetiza os aspetos principais de uma investigação académica sobre a privação socioeconómica e de um relatório institucional que consubstancia um

retrato nacional da coesão social com base em padrões territoriais ou seja, com a agregação de municípios que partilham de problemas comuns.

Sempre que se reconheceu utilidade e foi possível fazê-lo recorreremos às metas europeias preconizadas na Estratégia 2020 de modo a avaliar o desempenho do município face às metas traçadas no domínio da educação e emprego.

4.1.

Qualidade de vida da população residente

A abordagem a este tema baseou-se no “Índice de Bem-estar” (IBE) de 2015 do INE, que observa a evolução do bem-estar da população na perspetiva das “Condições materiais de vida” e ‘Qualidade de vida’. O estudo utiliza fontes estatísticas diversificadas, contudo a maioria não está vocacionada para caracterizar o âmbito local: Contas Nacionais, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, Inquérito ao Emprego etc. Neste contexto, partindo do IBE, construiu-se uma grelha de indicadores considerados nucleares, suscetíveis de caracterizar e posicionar a Amadora no contexto regional, obedecendo aos seguintes critérios: informação disponível à escala municipal, eliminação de temas que embora integrassem o IBE foram considerados desadequados no âmbito do PDM ou que são tratados no âmbito de outros capítulos, como o ambiente.

Sucintamente, identificam-se e descrevem-se os domínios selecionados, suportados num total de 15 variáveis/indicadores e repartidos de acordo com a seguinte ordem:

Neste ponto procede-se a uma leitura crítica dos aspetos relacionados com a demografia, a educação, a saúde e o poder de compra.

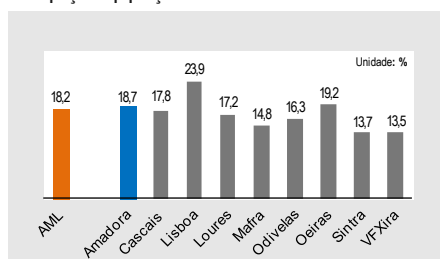
Quadro 1 Temas, domínios e métricas das condições de vida	
Tema	DOMÍNIO (variáveis/ indicadores)
Qualidade de vida	Demografia (3) Educação (3) Saúde (1) Poder de compra (1)
Condições materiais de vida	Trabalho e remuneração (4) Vulnerabilidade económica (3)

Fonte: Trabalho próprio

4.1.1. Demografia

A Amadora tem assistido ao aumento consecutivo do peso da população com 65 ou mais anos: 8,7%, 14% e 18,7% em 1991, 2001 e 2011 respetivamente. É certo que o acréscimo mais significativo ocorreu entre 1991 e 2001, uma vez que o número de idosos quase duplicou nesse decénio, mas é em 2011 que este grupo ultrapassa o grupo etário dos jovens dos 0-14 anos (14,8%). Com efeito, esse momento constitui uma inflexão na narrativa demográfica do município: em três décadas perdeu a condição de município “jovem” que o caracterizava para passar para uma condição de “envelhecido”, atingindo

Figura 1
Proporção da população residente com 65 ou + anos



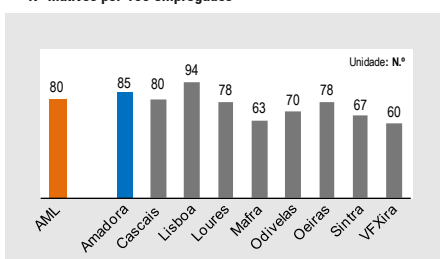
Fonte: INE, Censos 2011

agora valores acima da média da AML com 18,2% sendo apenas ultrapassada por Lisboa (24%) e Oeiras (19,2%) relativamente ao conjunto da margem norte.

O fenómeno do envelhecimento ajuda, em certa medida, a interpretar o aumento do desequilíbrio registado no rácio entre a população ativa e inativa. Entenda-se a população inativa como indivíduos com 15 ou mais anos sem atividade económica, isto é, estudantes, domésticos, incapacitados, reformados e outros. Por outro lado, os ativos são a mão-de-obra disponível para trabalhar e inclui empregados e desempregados.

Desta equação é possível extrair uma leitura relativa às dependências, ou seja, o peso do grupo que beneficia de apoios sociais e os que estão disponíveis para trabalhar, e por essa via, contribuir para o sistema social. Entre 2001 e 2011 esta relação passou de 59 para 72 na Amadora, ou seja existiam 72 indivíduos inativos por cada 100 ativos, enquanto que no conjunto da Região de Lisboa o valor passou de 63 para 69. Este agravamento deveu-se a uma década com circunstâncias particularmente negativas, que se saldou numa regressão do número de ativos (-7.360; -7,8%) em oposição a um acréscimo de inativos (+6.632; 8,1%). O final do ciclo da vida ativa fica comprovada pela acentuada regressão da força de trabalho (menos de 10.000 empregados) e o reforço dos reformados (mais de 8.000) verificado na Amadora naquele período, sugerindo uma transferência quase automática de um grupo para outro.

Figura 2
Nº inativos por 100 empregados



Fonte: INE, Censos 2011

Contudo, se no lugar dos ativos, ou seja em denominador, colocarmos somente os empregados, isto é, quem contribui efetivamente para financiar o sistema de proteção social, o rácio em 2011 sobe para 85 (existem 85 inativos por cada 100 empregados), valor superior à Região (80) e somente atrás da Capital (94) no conjunto da Grande Lisboa.

Ainda na condição perante a atividade económica, há outro aspeto sobre a inatividade que importa referir: decréscimo em todas as categorias que compõem os inativos (estudantes, domésticos, incapacitados) à exceção dos reformados e dos “outros”. Neste grupo indefinido cabem 11% dos residentes com mais de 15 anos, que no último Censo responderam como não estando a estudar, portanto fora do sistema de ensino, não estando empregados ou desempregados e aparentemente não estavam incapacitados ou em situação de reforma.

Embora estejamos perante uma visão “simplista” da realidade porque este processo tem de ser analisado num nível mais amplo que o local, indicia uma tendência para a convergência entre inativos e ativos, semelhante na Região (69) e no País (79) e é um problema real, com consequências negativas do ponto

de demográfico, do modelo de política social, da competitividade da atividade económica e de coesão territorial: condiciona a renovação de gerações, a reposição de ativos e a sustentabilidade do mercado de trabalho, para a renovação do stock de mão-de-obra.

Segundo o Censo de 2011, 10% dos residentes Amadora tinham nacionalidade estrangeira. A explicação desta presença resulta naturalmente na comunidade de indivíduos dos PALOP de África no pós-25 de Abril, contudo, a reconfiguração dos fluxos migratórios internacionais registados nos últimos anos repercutiu-se na diversificação dos perfis da emigração e dos países de proveniência: Brasil, UE, outros países da Europa e Ásia (com desataque para a China).

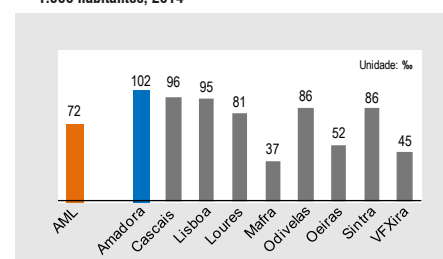
Razões como a apetência por zonas urbanas, a proximidade à Capital, a inserção numa região com elevada concentração de empresas e emprego (que capta cerca de 52% dos estrangeiros a residir no País) e a existência de uma comunidade integrada, com potencial de acolhimento, podem ajudar a explicar a distribuição territorial dos imigrantes¹. A opção pela fixação na Amadora é evidente na relação de 102 indivíduos estrangeiros com estatuto legal de residente por cada 1.000 habitantes, de acordo com as Estimativas Demográficas de 2014, suplantando claramente o conjunto da Região de Lisboa (72) e da própria Capital (95).

É fundamental realçar o papel dos imigrantes para contrariar a vulnerabilidade demográfica com que a Amadora se defronta. Com efeito, as estatísticas demonstram que a população de nacionalidade estrangeira:

- é tendencialmente mais jovem que a portuguesa (a idade média da população residente é 41,5 anos e da população estrangeira é 33 anos);
- têm sustentado o nível das taxas de fecundidade² ligeiramente acima da Região (44,1% na Região e 47,3% na Amadora), o que se compreende pelo peso das mulheres estrangeiras nos escalões 15 aos 49 anos (16,5% em 2011);
- segundo o último Censo, contribuíam com 23% do volume dos ativos isto é, indivíduos com idade entre os 15 e os 64 anos, constituindo-se como um importante potencial de recursos humanos para sustentar a atividade económica.

No que se refere ao mercado de trabalho, a informação extraída dos Quadros de Pessoal de 2014 demonstram uma tendência para uma sobre representação dos trabalhadores estrangeiros nos grupos profissionais de base na Amadora: 62% dos trabalhadores por conta de outrem nos grupos dos semiqualeificados e

Figura 3
População estrangeira com estatuto de residente por
1.000 habitantes, 2014



Fonte: INE, AE 2015

¹ INE Gabinete do CENSOS (2014)- "Empregadores estrangeiros em Portugal: o que os Censos nos ajudam a compreender" in *Revista de Estudos Demográficos*, Nº53 pp.7-33, INE, Lisboa

² Em Portugal, os valores da taxa de fecundidade era de 36,7‰ para as mulheres de nacionalidade portuguesas e 68,3‰ para as de nacionalidade estrangeira, em 2011; em 2014 esta relação passou para 33,4‰ e 51‰ respetivamente. (Observatório das Migrações)

indiferenciados, enquanto apenas 36% da população portuguesa se enquadrava nesse grupo. Do ponto de vista da inserção no mercado de trabalho esta imigração é designada de *laboral* e é personificada pelos indivíduos dos PALOP.

A distribuição por grupos profissionais tem o inconveniente de não refletir necessariamente as habilitações no segmento de base, podendo coexistir um subaproveitamento do capital humano por falta de reconhecimento do seu nível académico (em 2007 foi criado um novo regime de reconhecimento dos graus académicos adquiridos no estrangeiro que veio facilitar e gerar um incremento destes processos).

Em contrapartida, os portugueses ocupam mais postos de trabalho nos grupos profissionais de topo (20%) do que os estrangeiros (10%), sem esquecer que, no caso concreto da Amadora, a presença de grandes empresas multinacionais, algumas com sede no município, ser o fundamento para o nível de qualificação de estrangeiros atingir este quantitativo. Este tipo de imigração classificada como *profissional*, foi um das componentes identificadas pelo Observatório das Migrações (OM) na diversificação dos perfis de entrada registado nos últimos anos, predominando os Estados Membros da UE o Continente Americano como países de proveniência.

Nos últimos anos assistiu-se a um fenómeno que o INE traduziu em estudo³ e que chama a atenção para os novos contributos da imigração para a economia portuguesa. Os estrangeiros começam a optar por se inserir no mercado de trabalho como empregadores, contribuindo para a promoção do emprego. Este atributo empreendedor varia em função de variáveis como: padrão de distribuição da residência da população imigrante, território de contexto, nacionalidade dos empresários, atividades económicas que desenvolvem, etc. com impactos distintos na implantação territorial e na estrutura empresarial dos municípios.

O estudo evidencia o reforço substantivo do número de empregadores estrangeiros nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa. Na Amadora, a taxa de variação de empregadores estrangeiros entre 2001-11 foi de 13% e o peso deste grupo no total de empregadores no município representava já 12% em 2011. Esta dinâmica pode estar associada à forte presença da comunidade brasileira e reforço da comunidade chinesa e asiática, que o estudo identifica como as que revelam maior propensão para a iniciativa empresarial (o OM designa esta integração no mercado de trabalho como *imigração empresarial*).

³ Gabinete do CENSOS (2014)- "Empregadores estrangeiros em Portugal: o que o Censos nos ajudam a compreender" in *Revista de Estudos Demográficos*, Nº53 pp.7-33, INE, Lisboa

Segundo o OM o contexto de crise económica instalada no País a partir de 2008 foi responsável pelo decréscimo do fluxo global das entradas e pela recomposição dos perfis de imigração. Os dados publicados pelo INE, relativos à população estrangeira que solicitou estatuto de residência vêm corroborar esta afirmação, verificando-se na Amadora um decréscimo contínuo, passando de quase dois mil pedidos em 2011 para cerca de metade em 2015 e destes, cerca de 60% dos títulos de residência atribuídos destinavam-se a cidadãos dos PALOP.

O município acompanha a tendência observada no País e na AML no mesmo período, embora nestas unidades se tenha assistido a uma ligeira recuperação em 2014 e 2015.

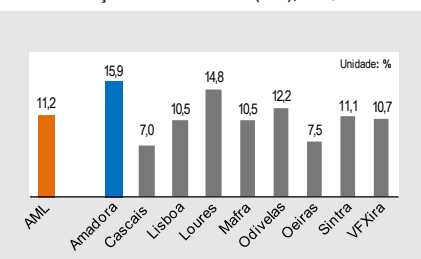
4.1.2. Educação

A estratégia de crescimento da UE para a próxima década, Europa 2020, pretende que a União se torne numa economia inteligente, sustentável e inclusiva. Para estas três prioridades deverão os Estados-Membros atingir níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social. Concretamente, a UE definiu cinco objetivos ambiciosos em matéria de emprego, inovação, educação, inclusão social e clima/energia que deverão ser alcançados até 2020.

Os objetivos relativos à educação elegem como prioridades a redução do abandono precoce de educação e formação, estabelecendo como meta a redução para menos de 10% da taxa de abandono e o aumento da escolaridade do ensino superior, fixando em pelo menos 40% a proporção de indivíduos com habilitações superiores, mas limitando a avaliação ao grupo dos 30-34 anos. Do mesmo modo, no quadro do Portugal 2020 salienta-se a relevância das qualificações de nível superior tendo em vista quer uma convergência com os níveis de habilitação da EU, quer com a necessidade de capacitar as pessoas de forma a dar resposta às exigências do mercado de trabalho.

Não obstante a aposta no investimento para vencer o subequipamento estrutural apontado como uma das principais debilidades do município, com reflexo direto no incremento das taxas de cobertura, a Amadora ainda manifesta algumas fragilidades quando analisamos os indicadores que dizem respeito ao aproveitamento escolar. Os valores das taxas de retenção e desistência no Ensino Básico para o ano letivo 2013/2014 revelam que a incidência do insucesso ainda persiste na Amadora (15,9%) e é superior à

Figura 4
Taxa de retenção e desistência no EB (total), 2013/2014



Fonte: INE, AE 2015

média da AML (11%). Mas também neste indicador existem contrastes internos significativos na margem norte e sul da Região, contudo no conjunto dos municípios que compõem a margem norte apenas a Amadora, Loures, Odivelas e Sintra ultrapassam os 10%.

O insucesso escolar, entendido como a repetência ou retenção durante um ou mais anos ao longo do percurso escolar dos alunos, é apontado por alguns estudos como fator preditivo do abandono escolar⁴.

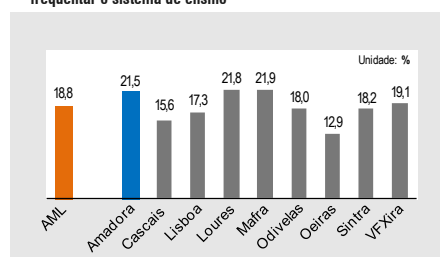
O abandono escolar serve para aferir o grau de concretização da escolaridade obrigatória ou seja reflete a saída prematura de indivíduos do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória prevista na lei. *O abandono escolar é um problema político económico e social que tem custos elevados. A probabilidade de não aceder ao mercado de trabalho ou de ter um emprego precário é mais elevado para os indivíduos que abandonam o sistema.* (idem)

Relativamente a este tema considerou-se um indicador *proxy* com base nos dados censitários e que abrange a população residente com idade compreendida entre os 18 e os 24 de idade com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino, ou seja, o peso dos indivíduos que não concluíram o ensino secundário. A distribuição territorial do abandono precoce reflete algumas assimetrias que justificam a sua referência, com a Amadora a integrar o grupo dos municípios da margem norte do Tejo que registam os piores desempenhos em conjunto com Mafra e Loures (21,5%, 21,9% e 21,8% respetivamente) e comparativamente com a média da Região (18,8%).

A taxa de escolaridade superior no grupo etário 30-34 anos obtida no Censo de 2011 constitui o único recurso que permite monitorizar a meta estabelecida à escala local, avaliando o seu desempenho face à região, ao País e à UE. A leitura deste indicador evidencia que a Amadora com 30% (semelhante ao Continente com 29%) fica aquém do recomendado, posiciona-se unicamente à frente de Vila Franca de Xira (28%) e Sintra (24%), afastando-se de municípios como Lisboa (54%), Oeiras (52%) e Cascais (42%) e da média da AML (36%).

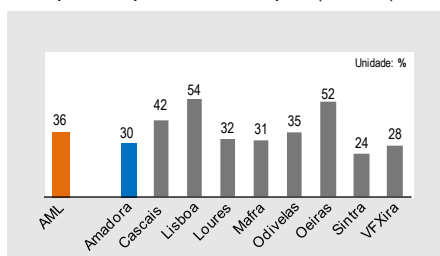
Em síntese, as metas europeias estabelecidas para o insucesso escolar ainda constituem um grande desafio para o município. Embora globalmente se possa falar de um progresso efetivo na trajetória educacional do município, o processo educativo é um caminho longo cujos resultados só podem ser avaliados a longo prazo. Acrescem fatores de contexto que dificultam a celeridade desejável:

Figura 5
Proporção da população residente com 18 - 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino



Fonte: INE, Censos 2011

Figura 6
Proporção de pessoas (30-34 anos), com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior (meta 2020)



Fonte: INE, Censos 2011

⁴ http://www.cnedu.pt/content/edicoes/estado_da_educacao/Estado-da-Educacao-2013-online-v4.pdf

- nível de escolaridade dos progenitores inferiores à média da AML-Norte (em 2011 apenas 55,8% da população residente na Amadora possuía o 3º ciclo do EB completo e 16,3% possuía o ensino superior completo, em comparação com 62% e 23,6% observados da Grande Lisboa); a informação extraída do Plano Estratégico Educativo Municipal da Amadora 2016-2020, revela que apenas 14,1% dos alunos inscritos no ano letivo 2013/14 tinham mães com habilitações superiores, francamente abaixo da média da Grande Lisboa com 25,2% e do país com 20%;
- condicionalismos económicos e sociais da população residente, associados à vivência em bairros degradados e à forte presença da comunidade imigrante, conforme se pode observar na proporção de beneficiários do RSI tendencialmente mais elevada na Amadora face ao contexto regional.

O reconhecimento do nível de rendimento e do desempenho escolar baixo comprova-se pela constituição de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) em cerca de 75% dos agrupamentos de escolas do município⁵.

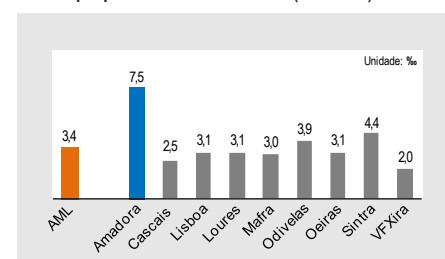
4.1.3. Saúde

No universo de indicadores destinados a avaliar o domínio da saúde, existe um particularmente importante em saúde pública: a taxa de mortalidade infantil (TMI). A taxa refere-se à ocorrência de óbitos de crianças antes de completarem o primeiro ano de vida, traduzindo não só a situação da saúde em si mesma, mas também constituindo um barómetro das condições socioeconómicas de determinado país ou região.

Em termos globais, Portugal registou grandes e rápidos progressos na redução da mortalidade infantil, principalmente no período pós-74, posicionando-se atualmente num patamar de excelência a nível mundial; por exemplo, o *Relatório sobre as desigualdades na saúde na União Europeia* publicado em 2013, revelava que o nosso País detinha a sexta TMI mais baixa da Europa a 27.

Apesar desta evolução, ainda subsistem algumas assimetrias entre Regiões e entre municípios neste indicador. A Amadora registou uma TMI de 7,5‰ que corresponde à média verificada nos últimos cinco anos (por cada 1.000 nascimentos ocorreram 7,5 óbitos em crianças com menos de 1 ano de vida) mais do dobro do valor médio que a AML apresenta: 3,4‰.

Figura 7
Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2010-2014)



Fonte: INE, AE 2016

⁵ CMA, 2017

Em síntese, a TMI congrega duas componentes da mortalidade: a mortalidade *neonatal* e a mortalidade *pós-neonatal*, (separadas pelo 28.º dia após o nascimento) com causas de morte distintas. A primeira é explicada sobretudo por causas “endógenas” (anomalias congénitas, condições de parto e de assistência ao recém-nascido) e a segunda, por causas “exógenas”, isto é, com determinantes relacionadas com o nível económico e as condições de vida de uma população (infraestruturas, acesso aos cuidados de saúde infantil, instrução da mãe, etc.). Logicamente e de acordo com os especialistas em saúde, será mais “fácil” atuar na redução da mortalidade pós-neonatal do que evitar a mortalidade neonatal⁶.

A Amadora dispõe de um o Plano Local de Saúde (PLS 2014-2016), documento estratégico que visa a melhoria do estado de saúde da população da Amadora, priorizando problemas, definindo metas a alcançar e propondo intervenções direcionadas aos problemas de saúde da comunidade, identificados no documento que o antecedeu, o Perfil Local de Saúde da Amadora⁷ de 2013, que consubstancia um diagnóstico da saúde na área de influência do Agrupamento dos Centros de Saúde (ACeS) da Amadora.

A análise detalhada dos indicadores de saúde no âmbito local, possibilitou descrever no PLS a situação ímpar do município no domínio materno-infantil, comparativamente com a Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e com a escala nacional: maior proporção de nascimentos em mulheres com idade inferior a 20 anos; maior proporção de recém-nascidos com baixo peso; maiores taxas de mortalidade infantil em ambas as componentes, mas com prevalência na pós-neonatal, ou seja naquela que reproduz as condições socioeconómicas da população, bem como proporção de recém-nascidos com 1ª consulta após o 28º dia de nascimento muito aquém do desejado.

Causas de natureza demográfica e social ajudam a compreender o desempenho dos indicadores de fertilidade, natalidade e mortalidade infantil: percentagem elevada de estrangeiros, desempregados ou em precariedade, com dificuldade de domínio da língua portuguesa e dependentes de apoios sociais; número significativo de mulheres de nacionalidade estrangeira em idade fértil, com desconhecimento do acesso aos serviços públicos; persistência de áreas de habitação informal com baixos níveis de salubridade e com sobreocupação.

⁶ Francisco George (2011) *Notas sobre a Mortalidade Infantil*. <http://www.franciscogeorge.pt/64801.html>

⁷ Os Perfis de Saúde foram desenvolvidos no âmbito das atividades dos Observatórios Regionais de Saúde dos Departamentos de Saúde Pública, neste caso da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

4.1.4. Poder de compra

O Indicador de Poder de Compra *per capita* do INE pretende traduzir o poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo como referência o valor nacional (Portugal=100). A sua análise torna-se pertinente na medida em que pode contribuir para aferir as assimetrias sociais que possam existir no interior de cada município que compõe a Área Metropolitana. Refira-se no entanto, que o Indicador é um aglutinador de múltiplas variáveis⁸ e não deve ser confundido com o rendimento ou o consumo das famílias.

A AML apesar da sua diversidade interna, emerge como o território que regista em 2013 um valor acima do Poder de Compra *per capita* médio nacional com 125,13. Na margem norte, o concelho de Lisboa destacava-se claramente dos restantes com um Índice de 207,91, seguindo-se por ordem decrescente os concelhos de Oeiras (180,73), Cascais (125,59) e a Amadora (103,59). O município tem mantido quase sempre estável a 4ª posição desde as edições anteriores do estudo realizadas na década de 2000. Se suprimirmos o “efeito” da Capital, a Amadora recupera um lugar, subindo para o 3º na margem norte e para 6º no conjunto da área Metropolitana.

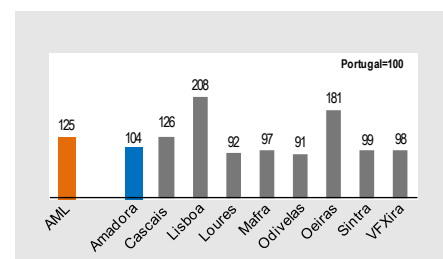
Após esta análise parece importante dar conta da coexistência de territórios que registam um elevado *IpC* mas onde subsiste uma densidade de problemas relacionados com pobreza e exclusão social, onde se conjugam baixos rendimentos, reduzida escolaridade, precariedade de emprego e desemprego, que comprometem os fundamentos da coesão territorial.

4.2.

Condições materiais de vida da população residente

Aborda as questões relacionadas com o mercado de emprego (a taxa de emprego da população residente, as remunerações e as desigualdades nos ganhos) e procura identificar setores da comunidade que podem viver em circunstâncias vulneráveis na perspetiva económica, partindo do tratamento dos apoios provenientes do sistema de proteção social (pensões, RSI, prestações familiares etc.) e do recurso a investigações académicas e institucionais de base territorial.

Figura 8
Indicador de Poder de Compra per capita



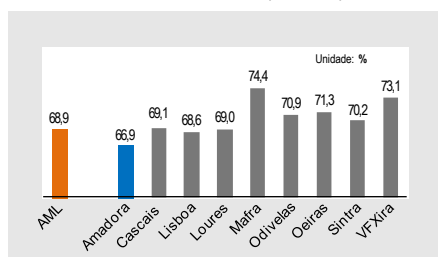
Fonte: INE, IPC 2013

⁸ Variáveis extraídas de várias operações estatísticas do Sistema Estatístico Nacional e de procedimentos administrativos, como: Censos, SIAL, SCIE, Contratos de compra e venda de prédios, IRS etc. ponderados pela população residente e estandardizadas.

4.2.1. Trabalho e remuneração

O emprego e as remunerações constituem dois temas essenciais na análise do mercado de trabalho, por determinarem o acesso das pessoas a condições de vida adequadas, ao mesmo tempo que interferem na concretização das aspirações profissionais e pessoais de cada cidadão. O trabalho e o exercício de uma profissão, para além de assegurar a subsistência é por vezes o principal fator de constituição da sua identidade social.

Figura 9
Taxa de emprego da pop 20-64 anos (meta 2020)



Fonte: INE, Censos 2011

No contexto alargado da UE e das metas definidas na Estratégia Europa 2020, o tema do emprego constitui uma das cinco áreas centrais para atingir o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. No emprego a meta fixada pretende aumentar para 75% a taxa de emprego nos escalões de 20-64 anos.

Apesar de se tratar de um desígnio que pressupõe a ação concertada das políticas económicas de crescimento e de criação de emprego entre a União e os Estados-Membros, a Comissão reconhecendo a competência das autoridades regionais e locais para concretizar a estratégia, promove a sua mobilização para setores como a educação e a formação, o empreendedorismo, o mercado de trabalho, combate à pobreza etc.

Cabe naturalmente à União e aos governos nacionais avaliar os seus próprios progressos relativamente aqueles objetivos, contudo face a importância dos agentes regionais e locais na promoção do desenvolvimento da economia de base local, considerou-se oportuno referir a posição de partida da Região e do município, quanto à meta estabelecida para o emprego.

Assim, verifica-se que em 2011 a Amadora divergia da meta recomendada, registando o mais baixo desempenho na taxa de emprego no grupo etário dos 20-64 anos (66,9%) de entre os municípios da Grande Lisboa e abaixo da média da Região (68,9%).

Apenas o próximo recenseamento poderá fornecer valores naqueles escalões que reforcem ou contrariem esta tendência, mas não podemos ignorar que o último Censo decorreu num quadro económico particularmente desfavorável, com o desemprego a atingir no município 15% e 32% do desemprego jovem (valores mais elevados relativamente ao território de referência).

Na Amadora tem-se observado uma alteração na distribuição do emprego da população residente de acordo com o critério da classificação das profissões. O acréscimo dos grupos de topo⁹, isto é, vocacionados para o exercício de funções

⁹ Grupo 1- Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos; Grupo 2- Especialistas das atividades intelectuais e científicas.

que requerem um elevado nível de competências, representava 20% em 2011, sugerindo uma recomposição no perfil de qualificação dos residentes. Este valor, que praticamente duplicou em duas décadas, reflete o processo de terciarização da atividade económica e a suburbanização da residência, comum a toda a Região de Lisboa, e no caso do município que assistiu à transição de um tecido económico fundado no sector II para um modelo assente no terciário, cuja diversidade de ramos de atividade que compreende, permitiu absorver a mão-de-obra a exercer profissões mais e menos qualificadas.

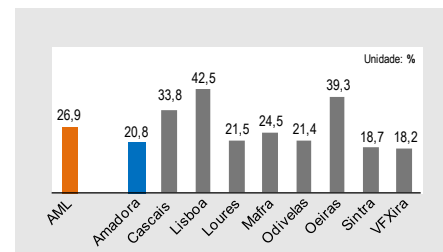
Por outro lado, a expansão urbana da última década cuja promoção imobiliária apostava na criação de áreas habitacionais de qualidade, beneficiando da proximidade a Lisboa e da matriz de acessibilidades, associada a fatores como a oferta de equipamentos, a qualificação do espaço público e a valorização da imagem urbana, podem ter contribuído para alterar o padrão dos residentes.

Não obstante a evolução verificada, a Amadora encontra-se ainda, em termos relativos, numa posição menos favorável, afastada da média da Região (26%) e com valores ligeiramente acima de Sintra e Vila Franca de Xira, em comparação com a margem norte. Em evidência na atração de residentes com profissões mais qualificadas, estão os territórios do eixo Lisboa-Oeiras-Cascais, com valores que registam o dobro da Amadora.

Complementarmente, a informação proveniente dos Quadros de Pessoal¹⁰ permite uma leitura sobre os Ganhos Médios Mensais (GMM) dos Trabalhadores por Conta de Outrem¹¹ (TCO) ao serviço nos estabelecimentos. Recorde-se que a fonte tem em conta a distribuição territorial dos estabelecimentos, ou seja por município do estabelecimento, podendo abranger empregados residentes e não residentes, de qualquer modo, pode testemunhar a estrutura de unidades instaladas e de que forma estas contribuem para a dinâmica económica e para os rendimentos num quadro territorial mais alargado.

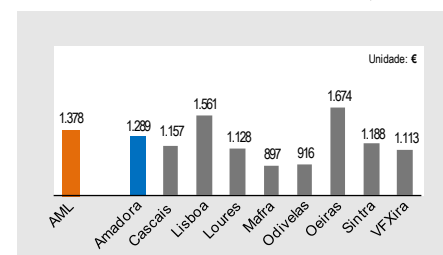
Em termos regionais, a AML destaca-se por apresentar ganhos médios acima das restantes NUTS e do País: em 2014 o GMM era de 1.378,3 euros para a AML e para Portugal e Continente, na ordem dos 1.093,00 euros. Contudo, a distribuição é bastante heterogénea no interior da Região, com um limiar mínimo e máximo a registar-se na margem norte: 896,5 em Mafra e 1.673,9 em Oeiras. A Amadora, que tendencialmente ocupava o 4º lugar no ranking do GMM

Figura 10
Proporção de profissionais socialmente mais valorizados



Fonte: INE, Censos 2011

Figura 11
Ganho Médio Mensal dos TCO nos estabelecimentos, 2014



Fonte: INE, AE 2015

¹⁰ Os QP são uma fonte administrativa e fazem parte do Relatório Único (RU); são obrigadas a entregar o RU as empresas TCO ao seu serviço, estando excluídos dessa obrigação os trabalhadores por conta própria sem pessoas ao serviço e os trabalhadores independentes. Não inclui ainda a administração pública central e local, com exceção dos trabalhadores com contrato individual de trabalho

¹¹ Ganho médio mensal de trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa. O Ganho resulta do somatório das remunerações base com os prémios e subsídios regulares e as remunerações por horas suplementares

no conjunto dos nove municípios da margem norte, recuperou uma posição e naquele ano registou 1.289,4 euros, apenas atrás de Lisboa e Oeiras.

Importa referir, que de acordo com o verificado na Amadora e na generalidade dos municípios, as remunerações médias tendem a subir à medida que aumentam as qualificações e as habilitações, contudo, à escala municipal não é possível aferir o potencial de ajustamento entre os níveis educacionais e a qualificação das profissões, isto é: no exercício de profissões no grupo de topo são necessárias as habilitações adequadas, mas não é possível quantificar os indivíduos na categoria dos *trabalhadores não qualificados* mas com habilitações mais elevadas do que é exigido. Na AML, os dados do Inquérito ao Emprego demonstram que em 2014, o ajustamento no grupo das profissões intelectuais e científicas é de 90% mas na categoria dos não qualificados a proporção de trabalhadores com habilitações ao nível do ensino secundário e superior é de 24%. Considerando que a Amadora se insere nesta unidade territorial, é expectável que apresente um perfil idêntico à Região.

Quando se consideram as desigualdades salariais em função dos níveis de habilitação constata-se algumas diferenças entre os municípios. No indicador da disparidade do ganho médio mensal por níveis de habilitação a Amadora encontra-se em primeiro lugar na AML com 41,7%, acima da média da Região (37%) ou seja, trata-se de um território onde as remunerações refletem um diferencial expressivo entre os níveis habilitacionais mais baixos e mais altos.

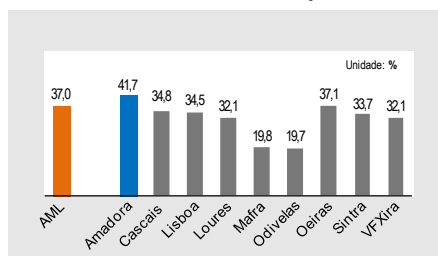
4.2.2. Vulnerabilidade económica

Em 2011 cerca de metade da população residente na Amadora com mais de 15 anos, tinha o trabalho como principal fonte de rendimento. Por outro lado, os beneficiários de pensão/reforma representavam 27% e mais de 6% eram beneficiários de outras prestações sociais de carácter temporário (RSI, desemprego, acidente de trabalho, doença, maternidade etc.) assinalando-se o peso significativo de indivíduos que à data revelava depender do sistema social para viver, ou seja, cerca de 1/3 dos residentes¹².

A estrutura metodológica dos inquéritos relacionados com rendimentos e condições de vida, que permitem explorar conteúdos sobre a pobreza, as desigualdades e a privação material, medidas e métodos de medição, etc., tem na escala nacional o foco de observação privilegiada, até por motivos que se

¹² Os restantes grupo perfazem a totalidade: 14,2% A cargo da família; 0,3% Rendimento da propriedade; 2,7% Outro

Figura 12
Disparidade do GMM dos TCO entre habilitações, 2014



Fonte: INE, AE 2016

prendem com a análise comparada numa perspetiva de convergência com padrões internacionais. A avaliação deste tema, embora pertinente, extravasa claramente o âmbito e o prazo imposto nesta caracterização. Contudo, uma vez que estamos num capítulo cujo propósito é descrever o retrato territorial da Amadora elegemos dois métodos para contornar aquelas limitações, tentando identificar a presença de grupos sociais mais desfavorecidos: mediante um exercício elementar de quantificar a pobreza dita “monetária” extraída das estatísticas da proteção social, do INE e do Instituto de Segurança Social (ISS), e numa abordagem mais lata, referimos o conceito de privação socioeconómica e a posição da Amadora num estudo dedicado à geografia da privação no contexto da AML.

Não é demais referir, que se trata apenas de um exercício que procura identificar a existência de grupos de residentes em circunstâncias vulneráveis, do ponto de vista monetário. Não temos a presunção de o assumir como um diagnóstico, que exigia naturalmente outro suporte técnico, apoiado numa equipa multidisciplinar (com os contributos da rede social, dos técnicos municipais de ação social e das instituições solidariedade social, etc), e de um aprofundamento, recorrendo ao cruzamento dos rendimentos com variáveis de outra natureza, aos apoios concedidos para mitigar as carências, etc.

Segundo Bruto da Costa (2008)(...) *é na população mais idosa que se identifica o maior nível de pobreza. Todavia, o segundo grupo etário onde esta denota maior incidência é precisamente o dos mais jovens (com idades inferiores a 17 anos). Esta polarização etária significa um dos traços mais marcantes da pobreza em Portugal. Acrescenta ainda o autor Existe uma correspondência entre pobreza e o tipo de agregado, e também aqui os dados apontam para uma polarização: de um modo geral, identifica-se maior vulnerabilidade dos agregados isolados (uma pessoa) e dos agregados de maior dimensão*¹³.

Partindo deste pressuposto, e tendo em conta o agravamento do peso dos idosos (o índice de envelhecimento na Amadora em 2015 era de 146,8 idosos por cada 100 jovens) e dos idosos a viverem sós (o Censo de 2011 revelou que as famílias unipessoais de pessoas com mais de 65 anos representavam quase 11%) isolámos os pensionistas da Segurança social e o rendimento médio disponível proveniente do sistema de pensões. Para retratar o apoio à infância e juventude, recorreremos às transferências pecuniárias do abono de família para

¹³ Costa, Alfredo Bruto da (2008), Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paulo – “Um olhar sobre a vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo” *in Revista SOCIOLOGIA, PROBLEMAS E PRÁTICAS*, Nº59, 2009, pp163-167
<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a09.pdf>

crianças e jovens e como complemento, o número de alunos beneficiários dos escalões A e B da Ação Social Escolar, vulgarmente conhecido como ASE.

Reservou-se ainda espaço para uma breve análise do Rendimento Social de Inserção, na medida em que os critérios subjacentes à sua atribuição, acabam por dirigir a prestação para indivíduos em níveis de pobreza extrema, importando perceber a incidência do fenómeno na Amadora.

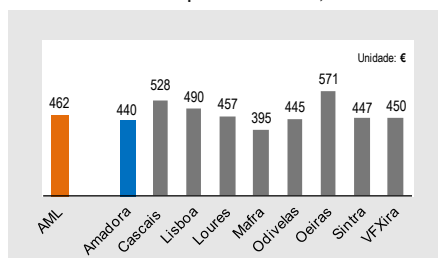
O sistema de pensões compreende três grandes categorias: velhice, invalidez e de sobrevivência, dirigidas a indivíduos em situações distintas, respetivamente, com um percurso contributivo variável, ou com incapacidade permanente para o trabalho, como compensação por perda de rendimentos (morte), entre outros. Estas são designadas por pensões estatutárias e constituem a contrapartida das contribuições do cidadão para a segurança social, pretendendo garantir que uma vez na reforma, os trabalhadores que contribuíram para o sistema tenham direito a um rendimento próximo do que tinham quando estavam no ativo.

Por outro lado, no sistema não contributivo, também designado por social ou solidário, encontram-se as prestações sociais que pretendem a prevenção e erradicação da pobreza e da exclusão social. São apoios financiados pelos impostos de todos os contribuintes ou porque os beneficiários não fizeram descontos ou porque se trata de uma opção de política social. Estas prestações podem ainda ser atribuídas automaticamente ou mediante a verificação da condição de recursos, nomeadamente, Abono de família, Complemento Solidário para Idosos, Pensões Sociais de invalidez e velhice, Rendimento Social de Inserção.

Partindo dos dados do INE, relativos procedeu-se ao cálculo do valor médio mensal das pensões da Segurança Social em 2015, apurando-se para a Amadora o montante de 440 euros, abaixo dos 462 euros da média da AML e apenas à frente de Mafra com 395 euros, que ocupava a última posição no conjunto dos municípios da margem norte¹⁴.

Contudo, conforme referido anteriormente, o montante apresentado resulta do somatório de titulares com perfis muito heterogéneos, optando-se de seguida por recalcular os valores com base na desagregação das pensões por categoria. Neste sentido, o valor médio passou a variar entre 504 euros na velhice, 383 euros na invalidez e 257 euros na sobrevivência, prestações pecuniárias inferiores à média da AML na primeira (536 euros) e terceira categoria (266 euros).

Figura 13
Valor médio mensal das pensões da S. Social, 2015



Fonte: INE, AE 2016

¹⁴ Cálculos da DIG. O INE publica apenas o valor médio anual das pensões (total e por categoria) que foi posteriormente repartido por 14 meses.

Não podemos esquecer que estes números não nos fornecem a dimensão das sobreposições, decorrentes dos vários regimes, isto é, podemos encontrar mais do que uma contagem para pensionistas que auferem mais do que uma pensão. É o caso de alguém que recebe, legitimamente em simultâneo, uma pensão de velhice e um complemento social.

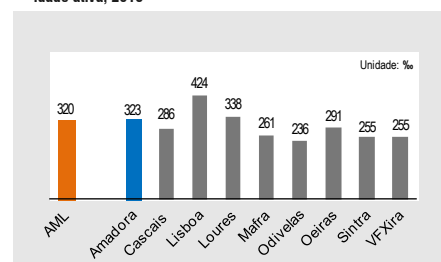
No indicador de dependência dos pensionistas da Segurança Social, a Amadora apresentava em 2015, 323 pensionistas por cada 1.000 indivíduos em idade ativa, ligeiramente acima dos 320 da média da AML. Comparativamente com a Grande Lisboa, Amadora situava-se na terceira posição no *ranking* das dependências, sendo ultrapassada apenas por Lisboa com 490 e Loures com 457.

A disponibilização pelo ISS de informação relativa aos apoios sociais atribuídos na Amadora, permitiu alargar a análise ao universo dos beneficiários por tipo de apoios, separando o sistema contributivo do não contributivo, facilitando ainda mais a aproximação ao real valor das pensões, mas impossibilitando a comparação com o território de referência.

Neste sentido e apesar do diferencial observado entre o volume de pensionistas publicado nas estatísticas do INE e nos dados cedidos pelo ISS (cerca de menos 1800 que podem ser o valor das duplas contagens), no mesmo ano de referência, é possível constatar que na Amadora:

- existiam cerca de 46.700 beneficiários (cerca de ¼ dos residentes¹⁵), 97% do sistema contributivo e 3% do não contributivo;
- no cômputo geral o peso das pensões distribui-se por: 71% de velhice; 22,5% de sobrevivência; 6,5% de invalidez;
- no regime contributivo, o valor médio mensal das pensões varia entre: 519 euros na velhice, 413 euros na invalidez e 266 euros na sobrevivência;
- no regime não contributivo, o valor médio das pensões sociais desce respetivamente para 242 euros, 268 euros e 83 euros;
- a soma do número de beneficiários de pensões de velhice, nos dois regimes, representa cerca de 19% do total da população residente e 85% do grupo com 65 ou mais anos¹⁶; só é possível relacionar o universo de beneficiários com o respetivo grupo etário nas pensões de velhice uma vez que os 66 anos constituem condição de acesso apenas nesta categoria e, ainda assim, não podemos ignorar a possibilidade de existirem indivíduos com idade inferior, nas situações em que é requerida a antecipação. O

Figura 14
Nº pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes, em idade ativa, 2015



Fonte: INE, 2017

¹⁵ As Estatísticas Demográficas estimam 176.644 residentes para a Amadora a 31/12/2015

¹⁶ As Estimativas Demográficas preveem a existência de 39.348 indivíduos no grupo etário 65 ou mais anos a 31/12/2015 (um acréscimo de mais de 6500 face ao Censo de 2011)

desconhecimento da desagregação por idades impede-nos de fazer qualquer tipo de relação com as idades nas outras duas categorias, designadamente extrair apenas os idosos.

Os cálculos referem-se a valores médios e como todas as médias escondem disparidades, mas contrariamente aos valores revelados pelo INE, neste caso não existem sobreposições de pensões, apenas complementos (complementos por dependência e por cônjuge a cargo, por exemplo).

Como já foi referido, existem um conjunto de limitações que nos impedem de analisar com rigor os aspetos distributivos e redistributivos do rendimento: o rendimento monetário disponível, as desigualdades no rendimento, o risco de pobreza (por exemplo, antes e depois das transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho) etc. Na impossibilidade de o fazer, recordemos apenas como referência, o valor do Limiar de Risco de Pobreza considerado para 2015¹⁷ para o País: 5.268 euros ou seja, cerca de 439 euros mensais. Este valor é indicativo, não implicando necessariamente uma situação de pobreza, mas é entendido como limiar abaixo do qual se considera que alguém tem baixos rendimentos comparativamente com a restante população. Neste contexto, sem querer simplificar demasiado a realidade (até porque os valores indicados sustentam-se em cálculos muito simples e existem outras variáveis por considerar) a verdade é que basta observar o montante médio das pensões do INE para a Amadora (440 euros) e o Limiar de Pobreza, para deduzir de imediato que há um segmento importante da população a viver no limite ou abaixo do limite de pobreza, segmento que se amplifica na desagregação das pensões por categoria.

No subsistema não contributivo ou solidário encontramos o Rendimento Social de Inserção, vocacionado a apoiar pessoas ou famílias que se encontrem numa situação de grave carência económica, pretendendo conferir-lhes um apoio adaptado à sua situação pessoal, contribuindo para a satisfação das suas necessidades essenciais e favorecendo a progressiva inserção laboral, social e comunitária. Pressupõe a atribuição de uma prestação pecuniária e um programa de inserção e pode ser acumulado com outras prestações sociais (ex.: subsídio de desemprego, abono de família, pensões sociais de velhice e invalidez, entre outros)

Segundo o INE, no indicador que relaciona o número de beneficiários de RSI por 1000 habitantes em idade ativa, a Amadora apresentava um valor de 41‰, em 2015, valor que supera a média da AML, com 31‰, ficando apenas atrás

¹⁷ INE, ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - O limiar de risco de pobreza corresponde a 60% do rendimento nacional mediano por adulto equivalente após transferências sociais. Limiar de risco de pobreza de 2015 é um valor provisório

da Capital com 46‰ no conjunto da Grande Lisboa. A segunda posição atingida naquele ano, reveste-se de alguma excecionalidade uma vez que no período entre 2011-2015 a Amadora regista valores sistematicamente superiores à média da Região e dos municípios da margem norte.

Observa-se um padrão comum a todos os municípios no período em análise e que denuncia uma decréscimo acentuado do indicador naqueles anos, contudo, na Amadora este resultado assume ainda maior expressão, passando para cerca de metade: 80‰ em 2011 e 41‰ em 2015. A introdução de condições mais restritivas de acesso e manutenção do direito à prestação, relacionadas com questões legais¹⁸ ou com modificações na contabilização de rendimento dos agregados, demoras na obtenção de autorização de residência em Portugal (condição de partida para o pedido de apoio), o aumento da empregabilidade e autonomização dos indivíduos, entre outros, podem ajudar a compreender a redução da elegibilidade dos casos ou a cessação da atribuição da prestação.

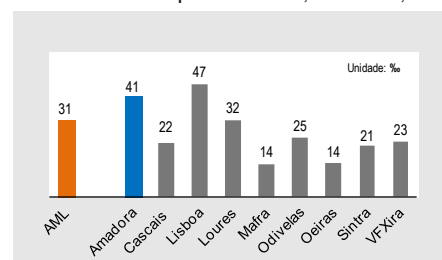
No que diz respeito ao município, os motivos para o peso elevado de beneficiários de RSI são diversos e impossíveis de enunciar na sua totalidade, contudo, tentámos agrupá-los em dois grandes domínios, que em certa medida acabam por se relacionar entre si:

1. mercado de trabalho - o deficit de capital humano, fruto das baixas qualificações e que constitui um entrave à integração no mercado de trabalho; a precariedade no emprego, resulta por vezes da inexistência do direito à concessão do subsidio de desemprego ou acumulando com uma prestação mínima; até se concretizar o acesso a um contrato de trabalho, a prestação pode garantir a subsistência do indivíduo imigrante;
2. características individuais e do agregado familiar - famílias unipessoais compostas por exemplo por idosos isolados sem carreira contributiva, ou como complemento de uma prestação social de invalidez; famílias monoparentais, estando o progenitor inibido de trabalhar para ocupar-se dos dependentes; quando a prestação constitui o único sustento de um casal com filhos; dependentes portadores de deficiência, entre outros.

Efetua-se uma síntese interpretativa dos dados mais relevantes sobre esta prestação na Amadora em Dezembro de 2015:

— 4.071 indivíduos beneficiários, isto é, 2,3% da população residente (segundo as Estimativas Demográficas de 2015);

Figura 15
Nº de beneficiários RSI por 1.000 habitantes, em idade ativa, 2015



Fonte: INE, 2017

¹⁸ Recorde-se que até à declaração de inconstitucionalidade da norma (Acórdão nº141/2015 do TC), vigorou entre 2012 e 2015, um regime legal que impunha como condição de acesso ao RSI que cidadãos portugueses bem como os restantes membros do agregado familiar, tivessem residência no território nacional um período mínimo de um ano.

- 1.740 famílias abrangidas (cerca de 2,5% do total de famílias apuradas no Censo 2011);
- tipo de famílias com maior representatividade: isolado (27%), monoparental (22%) e nuclear com filhos (16%);
- ligeiro predomínio do sexo feminino com 53%;
- a repartição por grupos etários é a seguinte: 40% com <=18 anos; 19% com 19-34; 28% com 35-54; 13% com 55 e mais anos;
- mais de metade das famílias inserem-se no escalão 100-200 euros;
- 273 euros foi o valor médio da prestação por agregado familiar;
- agregados com rendimentos 54,5% e sem rendimentos, 45,5%;
- 80% tem nacionalidade portuguesa.

Os dados apresentados refletem a importância do RSI na atenuação da carência económica dos indivíduos isolados, das famílias monoparentais e nucleares e em particular na proteção social dos mais novos (40% tem 18 anos ou menos de idade), a que falta somar aos abonos destinados a compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. Atendendo a que é dirigida a casos considerados de carência extrema cremos que os números ajudam a desmistificar alguns equívocos que são veiculados sobre esta prestação.

Ainda em torno dos mais novos, recorremos ao perfil dos titulares **Abono de família para crianças e jovens** cedido pelo ISS para ajudar a retratar o apoio à infância e juventude. O montante do abono varia em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da respetiva idade.

Assim, em Dezembro de 2015 os dados fornecidos permitem dar nota do seguinte:

- a prestação social chegava a cerca de 20.400 crianças e jovens até aos 24 anos de idade, isto é, 47% dos indivíduos residentes na Amadora naquele grupo etário, segundo as estimativas da população a 31/12/2015;
- a distribuição do peso dos titulares da prestação de acordo com os escalões de rendimento¹⁹ era a seguinte: 53,8% no 1º, 31% no 2º e 15,1% no 3º escalão;
- do universo dos titulares com processamento de abonos cerca de 7.500, ou seja 37%, ainda beneficiaram da majoração monoparental por se encontrarem inseridos em agregados monoparentais;

¹⁹ Os escalões de rendimento referidos reportam ao DL n.º 133 de 27 de Junho 2012 no artigo 14º do Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de agosto, na redação atual, tendo por referência o Indexante dos Apoios Sociais S em vigor no ano a que se reportam os rendimentos. (Desde 2010 que o 4º e 5º escalão tinham sido excluídos da prestação). O IAS manteve-se em 419,22 euros entre 2009 e 2016, tendo sido apenas atualizado este ano para 421,32 euros de acordo com a Portaria 3/2017 de 3/1.

— destaca-se o peso dos titulares com majoração monoparental no 1º escalão com mais de 60% do total das majorações atribuídas.

A dimensão das dificuldades sentidas pelas famílias é perceptível no número de crianças abrangidas pela Ação Social Escolar. *No ano letivo 2013/2014 a Amadora era o concelho da RGL que apresentava a mais alta percentagem de alunos beneficiários da Ação Social Escolar do escalão A (ASE A) (32,6%) e a mais baixa percentagem de não beneficiários de ASE (52,3%), o que indica uma população escolar com condições económicas menos favorecidas do que as dos restantes concelho da região, que no seu conjunto apresentava 22,7% de beneficiários de ASE A e 64,1% de não beneficiários de ASE. A população discente da Amadora é também desfavorecida relativamente à nacional (22,4% de beneficiários de ASE A e 61,2% de não beneficiários de ASE)*²⁰.

Retomando a argumentação conceptual, a pobreza pode ser entendida de forma absoluta como a insatisfação das necessidades básicas de um indivíduo, contudo, o conceito relativizou-se com a melhoria generalizada das condições de vida, sendo progressivamente substituído pela pobreza relativa, entendida como a distância a padrões de vida considerados minimamente dignos em cada sociedade²¹. Absoluta ou relativa, a pobreza tem subjacente um atributo individual, que se concretiza na escassez de recursos e oportunidades económicas, sociais, culturais etc. aceites pela maioria da população como fundamentais para se beneficiar de uma “boa qualidade de vida”.

Mas como a análise da pobreza em si mesma não consegue dar conta dos efeitos de contexto que a pobreza e o ambiente operam sobre os indivíduos, os estudos têm progredido no sentido de privilegiar a análise da privação socioeconómica, conceito mais abrangente e complexo, que resulta da agregação de variáveis de diversos domínios. Esta metodologia tem sido frequentemente utilizada pela comunidade científica em estudos dedicados à saúde, procurando identificar as relações entre as condições de vida e de saúde. Com efeito, esta visão “determinista” assume que, territórios de privação são espaços de vida de populações carenciadas onde escasseiam oportunidades que permitem inverter as desigualdades sociais e o desenvolvimento de vidas saudáveis, perpetuando as iniquidades em saúde.

O INE publicou um estudo intitulado *Privação socioeconómica na Área Metropolitana de Lisboa: análise evolutiva da década*²² 2001-2011, que partindo

²⁰ CMA (2016)- Plano Estratégico Educativo Municipal da Amadora 2016-2020, Diagnóstico e Linhas Gerais de Ação, pág. 75

²¹ Capucha (2001)- Pobreza e exclusão social. Cadernos de Geografia, nº especial, Atas do Terceiro Colóquio de Geografia de Coimbra, p. 173-195

²² Gabinete do CENSOS (2014)- “Privação socioeconómica na Área Metropolitana de Lisboa. Análise evolutiva da década 2001-2011” in *Revista de Estudos Demográficos*, N°55 pp.31-40, INE, Lisboa

da abordagem multidimensional da privação e da premissa que o território pode ampliar as vulnerabilidades individuais decorrentes da pobreza, dedica a primeira parte precisamente à determinação de um Indicador de Privação Múltipla (IPM) e à sua espacialização. Foram selecionadas três variáveis assumidas como adequadas para exprimir diferentes facetas da privação: taxa de desemprego, percentagem de trabalhadores em ocupações não qualificadas e proporção de alojamentos sobrelotados, recolhidas nos dois momentos censitários para as 207 freguesias que compunham a AML²³.

Após tratamento estatístico, foram criadas cinco categorias de territórios, que vão desde áreas de menor privação até às de maior privação, relacionando-as com o quantitativo populacional existente nas freguesias. O exercício permitiu evidenciar desde logo, as profundas assimetrias existentes no contexto da Região, entre e intra municípios.

Na Região, em 2001 cerca de 20,5% da população residente vivia em territórios de menor privação, enquanto que 17% vivia em territórios de maior precariedade. No final do decénio (2011) a situação inverteu-se, assistindo-se à redução de indivíduos a viver em áreas de maior prosperidade (15,3%) e a um acréscimo substancial dos que residiam em territórios afetados pela vulnerabilidade (22,4%), chegando este fenómeno a mais de 631.000 pessoas.

A Amadora contribuía para a AML com respetivamente, 3,5% e 4,1% do total dos residentes a viver em territórios de precariedade nos dois momentos. O estudo refere que a Amadora integra, em conjunto com Lisboa e Loures, uma área de grande centralidade metropolitana, coincidente com uma mancha de máxima privação, justificada pelo elevado número de freguesias que cada município apresentava em termos de valores do IMP, tanto em 2001 (12, 7 e 6 freguesias, respetivamente) como em 2011 (11, 8, 7). Observando a percentagem de população residente nas freguesias de maior privação, a Amadora registava 52,3% em 2001 e 65,9% em 2011, cerca de 92.000 e 115.000 indivíduos em termos absolutos.

Apesar da partilha entre os valores do IPM, evocando a heterogeneidade entre territórios que compõem a AML, nomeadamente em número de residentes e densidades populacionais, a investigação desenvolveu classes e subclasses de áreas de risco, tipificadas como “Áreas de Risco Permanente”, “Áreas de Risco Iminente”, “Áreas de Baixo Risco”.

²³ O número de freguesias analisadas difere das atuais 118, porque a investigação antecedeu o processo de Reorganização Administrativa decorrente da Lei nº22/2012 de 30/5 e publicada na Lei nº11-A/2013 de 28/1. A Amadora surge no estudo com a anterior divisão administrativa ou seja com 11 freguesias.

As freguesias que integram o grupo Amadora, Loures e Lisboa, agora congregando também Odivelas, surgem na classe Áreas de Risco Permanente, na subclasse Risco Severo e Persistente, pela magnitude dos valores (absolutos e relativos) da privação observada, dita de “longa duração”, e registando um agravamento entre os dois momentos.

Como já referimos anteriormente, é preciso ter presente que o Censo de 2011 decorreu num quadro económico bastante desfavorável, com a aplicação de medidas de austeridade que afetaram os rendimentos das famílias, o aumento do desemprego e a degradação generalizada das condições de vida. Por outro lado, a concentração espacial de núcleos de habitação degradada ainda por erradicar em 2011 e a presença de bairros de habitação social, pode ajudar a perceber a incidência estatística do fenómeno em determinadas freguesias.

A reflexão sobre a vulnerabilidade ficaria incompleta sem uma breve nota do estudo de 2014 encomendado pelo Instituto da Segurança Social com título *Referencial de Coesão Social*. Surge motivado pela necessidade de atualizar um estudo anterior de 2005 denominado *Tipificação das situações de Exclusão Social em PT Continental*, mas que se diferencia pela ligação aos atuais referenciais da Política de Coesão e às exigências de compatibilização com as prioridades da Estratégia Europa 2020.

O *Referencial* é um estudo de base Concelhia e tem dois grandes objetivos gerais: constituir a base de um referencial de planeamento, com base numa caracterização territorializada e contribuir para o conhecimento das dinâmicas sociais recentes e as especificidades dos territórios (mais urbanos ou mais rurais) e a reciprocidade ou interação gerada entre estas e as dinâmicas locais.

Em síntese, a metodologia adotada consiste na determinação de perfis de território e respetivos padrões geográficos, apoiada num leque alargado de indicadores aptos a medir as dinâmicas territoriais e as situações de pobreza e exclusão social.

Numa primeira fase, o estudo identifica 9 categorias de Concelhos²⁴ a que correspondem áreas homogéneas do ponto de vista da sua geografia humana, suportada num universo de indicadores nucleares relacionados com: (i) estrutura etária da população residente; (ii) estrutura do povoamento (iii) o perfil das dinâmicas económicas (iv) o dinamismo demográfico. Neste contexto, a Amadora integra a tipologia *Concelhos Urbanos consolidados* com mais 20 Concelhos, sendo na sua maioria os mais urbanizados das áreas

²⁴ Concelhos em exaustão, Concelhos rurais deprimidos, Concelhos agrícolas envelhecidos, Concelhos rurais médios, Concelhos de transição, Concelhos urbanos médios, Concelhos com forte atratividade, Concelhos de industrialização difusa e Concelhos de Urbanos Consolidados.

metropolitanas de Lisboa e Porto. A semelhança neste grupo resulta de: *Setor terciário predominante. Serviços às empresas, serviços pessoais e coletivos, ensino, saúde e hotelaria com presença muito forte. Concentração da população em lugares de grande dimensão. Crescimento demográfico e peso relativo acentuado na população nas idades mais ativas (25-50 anos).*

Seguidamente, é apresentada uma matriz de incidência das dimensões e sub-dimensões de análise da vulnerabilidade à exclusão social, suportadas em indicadores compósitos que abarcam domínios de grande transversalidade como: inatividade, intensidade laboral, desemprego, habilitações, desqualificação do trabalho, incapacidade, rendimento, prestações sociais, poupança, endividamento, encargos com a habitação, isolamento, criminalidade e autoconsumo, grupos de vulnerabilidade associada ao género, à população imigrante, à composição familiar, grupos de risco e capital inclusivo, que inclui grau de cobertura dos equipamentos sociais e dinâmica das redes sociais. É da variação e da conjugação combinada destas dimensões que surgem três perfis-tipo de exclusão social: *exclusão pelo envelhecimento, pelo desemprego e pela marginalização*, que por sua vez dão origem à definição de 10 grupos²⁵ de perfis-tipo de Exclusão Social, com um padrão geográfico correspondente.

A Amadora insere-se no grupo denominado por *Marginalização e desemprego* e como o próprio nome indica, sofre os efeitos da convergência de dois fatores de exclusão, exclusão por desemprego e exclusão por marginalização. Territorialmente composto por grande parte dos concelhos urbanos do Algarve e AML (suburbana e periférica), este grupo constituiu um dos perfis que apresentam valores de índice mais expressivo das dimensões de vulnerabilidade do Referencial. Classificados com um *Perfil muito crítico. Conjuga os efeitos do desemprego num contexto de forte marginalização. Presença de grupos vulneráveis pobres (imigrantes, pobres, famílias de baixo rendimento,...) e sobretudo socialmente pouco integrados. Forte presença de grupos de risco. Perfil mais afetado pelos efeitos da crise e pelo crescimento do desemprego. Abordagens territoriais integradas de combate à exclusão como capital inclusivo do território.*

Em cada dimensão o estudo destaca o ranking dos valores extremos (10 valores mais altos e 10 valores mais baixos) e neste domínio é imperativo revelar que a Amadora integra a lista de Concelhos, à escala nacional, com os valores mais altos no indicador no que diz respeito a: *fraca intensidade laboral* (regimes de trabalho menos regulares e estruturados); *vulnerabilidade associada ao género* (focada no sexo feminino, avalia a ausência da atividade económica e a

²⁵ Envelhecimento agudo, Envelhecimento, Envelhecimento apoiado, Desemprego e envelhecimento, Desemprego, Exclusão mitigada, Marginalização rural, Marginalização moderada, Marginalização e desemprego, Marginalização urbana

dependência de terceiros); *vulnerabilidade associada à composição familiar* (destacando-se a expressividade da monoparentalidade) e *vulnerabilidade associada à população migrante*.

Sem atingir o ranking dos valores extremos a nível nacional, mas evidenciando uma posição de grande fragilidade comparativamente com a AML, em particular com a margem norte, acrescentam-se ainda as seguintes dimensões da exclusão: *desemprego*; *baixos níveis de habilitações escolares* (maior fragilidade na escolarização e saída antecipada do sistema de ensino); *famílias de baixo rendimento*; *prestações sociais* (forte dependência de prestações sociais).

Por outro lado, no indicador do rendimento²⁶, sublinha-se a posição francamente favorável da Amadora, em convergência com os municípios da AML, unidade que se destaca no âmbito nacional pela concentração dos concelhos em melhor situação.

Face à situação neste indicador e às tendências pesadas observadas no que se refere à condição social de parte da população residente, surgem naturalmente questões sobre a forma pouco equitativa na distribuição dos rendimentos no território.

A avaliação de uma dimensão inovadora designada por Capital Inclusivo, que pretende ponderar a capacidade potencial dos territórios para a intervenção social (presença de abordagens integradas de intervenção social, dinâmica das redes sociais e rede de equipamentos e respostas sociais) põe em evidência o mérito do trabalho desenvolvido na Amadora, na busca de soluções sociais integradas, na experiência de colaboração em rede com a constituição de parcerias entre os agentes locais e na valorização das redes formais e informais de proximidade²⁷. No quadro da Grande Lisboa, apenas Cascais surge equiparado à Amadora, no que diz respeito à escala de dinamismo das redes sociais.

Em convergência com os princípios da Agenda Territorial Europeia que promove a valorização do território e a evolução para a coesão territorial (terceiro pilar da coesão, a par da coesão económica e social) o *Referencial* destaca a importância da passagem para um novo paradigma na compreensão das relações entre sociedade e os respetivos territórios e as implicações que daí decorrem na formulação de políticas adequadas à realidade local onde os problemas se manifestam (*context dependency*).

²⁶ Indicador composto que reúne o Índice de Poder de Compra *per capita*, o Ganho médio mensal do TCO, o IRS *per capita*, e ainda o Variação dos levantamentos nas caixas MB entre 2008-2012 e Famílias de baixos rendimentos (% beneficiários de abono de família no 1º escalão, beneficiários de RSI/1.000 hab)

²⁷ Indicador composto que conjuga o grau de atualização dos instrumentos de planeamento no domínio social e o grau de afetação de recursos humanos municipais alocados à Rede Social, com base no Estudo de Avaliação do Programa Rede em Prática (IASE, 2012/2013)

Considerações Finais

Referem-se os aspetos mais importantes a reter da caracterização socioeconómica da Amadora. Embora o foco seja a escala local, o tratamento de algumas das questões referidas, pela sua amplitude e transversalidade carecem de uma abordagem multi-escalar, da articulação e integração entre as políticas públicas e da capacidade de cooperação e mobilização dos agentes económicos e sociais e dos recursos financeiros.

Demografia

O envelhecimento demográfico, que em vinte anos que se processou de forma acelerada perdendo-se subitamente o atributo de “Município jovem”. A agudização desta tendência constitui uma ameaça à sustentabilidade do território, uma vez que os recursos humanos são um potencial para o desenvolvimento tanto na perspetiva da geração de riqueza como na preservação dos modelos culturais e identitários. Por outro lado, pressupõe-se urgente enquadrar os problemas demográficos não só nos modelos territoriais futuros, como ponderar uma eventual reconfiguração das áreas urbanas.

A imigração tem vindo a travar o desempenho negativo dos indicadores demográficos. A Amadora é tradicionalmente um território de fixação de imigrantes e a sua presença é uma marca distintiva no contexto da AML, sendo o primeiro no indicador da população estrangeira com estatuto de residente por 1.000 habitantes. Num quadro demográfico recessivo a imigração sai valorizada mas a dependência dos fluxos migratórios, cujos sinais de abrandamento foram evidentes nos últimos anos, também contribui para agravar o contexto de fragilidade demográfica em que a Amadora se encontra.

A recomposição dos fluxos e das motivações está patente no surgimento da *imigração profissional e empresarial*, embora a *laboral*, característica dos PALOP ainda prevaleça no grosso da população. As migrações não se resumem apenas à sua dimensão demográfica: exigem um trabalho constante no desenvolvimento de políticas locais de integração, do indivíduo e da dimensão identitária do fenómeno migratório, na perspetiva da salvaguarda da coesão social e das identidades como fator de diferenciação.

A regressão da população ativa, só atenuada pelas características da população imigrante tendencialmente mais jovem, cria pressão sobre os ativos e pode por em causa a competitividade do território face à dificuldade de reposição do capital humano e das suas competências.

O desequilíbrio entre ativos/inativos é evidente, mas agrava-se quando a equação se estabelece entre inativos/trabalhadores isto é, quem contribui efetivamente para financiar o sistema de proteção social. Apesar da volatilidade reconhecida aos dados do emprego, a Amadora tem naquela equação o valor mais elevado da Grande Lisboa, só suplantado pela Capital.

Considerações Finais

Naturalmente que as questões da sustentabilidade do modelo social tal qual o conhecemos colocam-se a outra escala de discussão, mas o exercício põe em evidência de que forma a Amadora e a Região no seu conjunto contribuem para esta relação.

Educação

No desempenho global nos indicadores no domínio da educação (abandono precoce, retenção, escolaridade superior) a Amadora partilha da realidade dos municípios de Loures, Odivelas, Sintra, Vila Franca de Xira e Mafra. As metas europeias estabelecidas para o abandono escolar são ainda um grande desafio para Amadora, que revela um desempenho inferior ao desejado no indicador *proxy* que mede o abandono precoce, no contexto da Grande Lisboa. Sabendo-se que os baixos níveis de escolaridade constituem um obstáculo à entrada no mercado trabalho, a resposta tem de passar pela capacitação e formação de recursos, sob pena de, a prazo, assistirmos a um agravamento das vulnerabilidades do tecido social e a uma inversão no desejável desenvolvimento do território. Apesar do esforço despendido, existem condições de partida que ajudam a explicar a persistência deste fenómeno: nível de escolaridade dos progenitores inferiores à média da margem norte da Região, condicionalismos económicos e sociais associados à vivências em bairros degradados e forte presença da comunidade imigrante.

Saúde

A Amadora ocupa uma posição desfavorável relativamente a alguns indicadores de saúde, mas é no domínio materno-infantil e especial na mortalidade infantil *pós neonatal* que se torna mais evidente. Causas de natureza exógena isto é, relacionadas com o nível económico e as condições de vida da população (infraestruturas, acesso aos cuidados de saúde infantil, idade e instrução da mãe, etc.) ajudam a compreender a incidência do problema.

Poder de Compra

O Indicador de Poder de Compra *per capita*, embora não deva ser interpretado como o barómetro do rendimento ou consumo das famílias, fornece informação sobre o bem-estar material numa aceção mais ampla. Neste domínio a Amadora ocupa uma posição intermédia no IPC no quadro dos municípios que compõem a Grande Lisboa, situação aparentemente favorável, apesar da presença simultânea de problemas como: peso do emprego menos qualificado, disparidades salariais, desemprego, vulnerabilidade social, etc., que comprometem os fundamentos da coesão territorial.

Trabalho e Remunerações

Tomando como referência os valores registados para os municípios da margem norte, é a Amadora que mais diverge da meta europeia recomendada para o emprego, registando o mais baixo valor na taxa de emprego no grupo etário 20-64 anos.

Considerações Finais

Assiste-se a uma recomposição do emprego de acordo com o critério da classificação de profissões, com um acréscimo substancial do peso dos profissionais socialmente mais valorizados, composto pelos grupos de topo isto é, vocacionados para o exercício de funções que requerem um elevado nível de competências. Pese embora esta evolução, motivada pela conjugação da suburbanização da população e das atividades e da transição para um modelo assente no setor III, a Amadora ainda se distancia da média da AML.

O Ganho Médio Mensal dos TCO ao serviço nos estabelecimentos, permite testemunhar a estrutura das unidades instaladas e a forma como estas contribuem para a dinâmica económica e para a média das remunerações num quadro territorial mais alargado. A Amadora tem-se mantido nos primeiros lugares no ranking do GMM, apenas atrás da Capital e do eixo Oeiras-Cascais. Quando se consideram as desigualdades salariais, verifica-se que o município ocupa o primeiro lugar nas disparidades no GMM em função das habilitações na Grande Lisboa e acima da média da AML ou seja, trata-se de um território onde os ganhos refletem um diferencial expressivo entre os níveis habilitacionais mais altos e mais baixos. Pela sua amplitude, as questões de desigualdade de rendimento assumem particular importância por introduzir disparidades no acesso ao bem-estar e à qualidade de vida.

Vulnerabilidade económica

O tratamento dos dados estatísticos do INE e do ISS, a análise do Estudo sobre a *Privação socioeconómica na Área Metropolitana de Lisboa* e o *Referencial de Coesão Social* corroboram a presença no município de espaços de privação e de segmentos da população sujeitos a determinadas vulnerabilidades económicas e sociais, agravadas pela conjuntura económica e financeira recente. Na Amadora destacam-se: o peso do sistema de proteção social como principal fonte de rendimento, a incidência da pobreza nos idosos expressa pelos valores médios das pensões, nas crianças e jovens pelo volume de beneficiários de prestações familiares e número de alunos abrangidos pela Ação Social Escolar, surgimento de “novas formas de pobreza” associada à recomposição familiar (isolamento e monoparentalidade), vulnerabilidade associadas ao género e à população migrante, e a presença de beneficiários de RSI destinado a indivíduos em carência económica extrema.

O valor médio das pensões da Segurança Social na Amadora aproxima-se do limiar mínimo da Grande Lisboa, registado em Mafra, situação invulgar se tivermos em conta o perfil de cada um dos municípios: inserção na Região, demografia, estrutura das atividades económicas instaladas, repartição espacial da ocupação, dinâmica urbanística, etc.

Considerações Finais

Segundo o Referencial de Coesão Social, a Amadora integra a lista de Concelhos, à escala nacional, com os valores mais altos nos indicadores: *fraca intensidade laboral*, *vulnerabilidades associada ao género*, *à composição familiar* e *à população migrante*. Comparativamente com a AML, em particular com a margem norte, acrescentam-se ainda a prevalência de: *desemprego*; *baixos níveis de habilitações escolares*; *famílias de baixo rendimento*; *forte dependência de prestações sociais*.

A Amadora revela um perfil idêntico ao de Lisboa nalguns indicadores sugerindo um padrão comum entre os dois municípios. O cruzamento dos diversos domínios aponta para um território que tem na conjugação da contiguidade física à Capital e da matriz de acessibilidades, os principais fatores de atratividade, gerando a instalação de atividades económicas que dispõem ainda de uma importante bacia de mão-de-obra. Contudo, revela debilidades relacionadas com o capital humano, com as desigualdades nas remunerações e com o volume da população em situação de carência, evidenciando um município a duas velocidades, ou se preferirmos, que reflete fenómenos de sinais contrários, por exemplo, os valores médios das remunerações e IPC aparentam esconder assimetrias que a distribuição dos apoios sociais procuram atenuar.

O planeamento urbano constituiu um domínio que em matéria de desenvolvimento marca a atualidade das políticas e instrumentos europeus, em que o protagonismo assumido pelo território atingiu níveis sem precedentes. Com um quadro conceptual ancorado na sustentabilidade, é pertinente questionar os instrumentos de gestão territorial, nomeadamente os de âmbito municipal, de que forma podem corresponder às novas orientações da política urbana, que promovem a revalorização das componentes da cidade, o desenvolvimento urbano sustentável, a competitividade e o emprego e a promoção da coesão territorial.

Índice de quadros

Quadro 1	Temas, domínios e métricas das condições de vida	11
----------	--	----

Índice de figuras

Figura 1	Proporção da população residente com 65 ou + anos	12
Figura 2	Nº inativos por 100 empregados	12
Figura 3	População estrangeira com estatuto de residente por 1.000 habitantes, 2014	13
Figura 4	Taxa de retenção e desistência no EB (total), 2013/2014	15
Figura 5	Proporção da população residente com 18 - 24 anos com o 3º ciclo do ensino básico completo que não está a frequentar o sistema de ensino	16
Figura 6	Proporção de pessoas (30-34 anos), com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior (meta 2020)	16
Figura 7	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2010-2014)	17
Figura 8	Indicador de Poder de Compra per capita	19
Figura 9	Taxa de emprego da pop 20-64 anos (meta 2020)	20
Figura 10	Proporção de profissionais socialmente mais valorizados	21
Figura 11	Ganho Médio Mensal dos TCO nos estabelecimentos, 2014	21
Figura 12	Disparidade do GMM dos TCO entre habilitações, 2014	22
Figura 13	Valor médio mensal das pensões da S. Social, 2015	24
Figura 14	Nº pensionistas da segurança social por 1.000 habitantes, em idade ativa, 2015	25
Figura 15	Nº de beneficiários RSI por 1.000 habitantes, em idade ativa, 2015	27



AMADORA
Câmara Municipal